

**Entrevista à imprensa - vice-governador de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastasia**  
**Evento: Ciclo de Debates Minas Combate a Crise**  
**Local: Expominas – Belo Horizonte**  
**Data: 15/4/09**

**Pergunta: O governador Aécio Neves ontem falou que a economia mineira já está dando pequenos sinais de recuperação. Quais são eles?**

**Resposta:** A crise é muito complexa, mas há um indicador, muito positivo, em termos de identificação da melhoria, que é o consumo de energia elétrica. E a Cemig, que acompanha esse consumo no dia a dia, nos informa que, em março, houve uma recuperação razoável, não expressiva, mas razoável, do consumo de energia. E, como o consumo que caiu foi o industrial e não o residencial, que se manteve igual, isso significa, sob o ponto de vista prático e objetivo, que há um início de retomada das atividades econômicas.

Não há dúvida de que, pelo menos aparentemente, a crise chegou no fundo. Creio que não piorará do que já estávamos. Vamos, então, iniciar agora a recuperação. E Minas Gerais, pelo seu perfil econômico, será o primeiro Estado, certamente, a retomar as suas atividades. Isto porque estamos no início do ciclo produtivo, quer pela indústria siderúrgica, quer pela extrativa. Estamos otimistas sobre o início dessa recuperação, inclusive por causa dos relatos da presidência da Usiminas e da própria Vale sobre encomendas que estão sendo retomadas aos poucos. Aguardamos os números da receita de abril, que só estarão fechados no final do mês e que vão refletir março, esperando que sejam melhores que fevereiro.

**Pergunta: Minas está em campanha pela renegociação da dívida dos Estados com a União. E ontem o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que pode rever as regras desses contratos. O que seria bom para Minas?**

**Resposta:** A proposta do governador Aécio Neves é muito inteligente nesse momento. Por quê? O Governo Federal e todos os governos adotam corretamente o chamado “esforço anti-cíclico”, ou seja, se há uma recessão econômica, o poder público deve se esforçar para fazer despesas ou investimentos, para gerar empregos. Ora, temos hoje os Estados pagando em média 13%, 14% da sua receita corrente líquida como abatimento da dívida.

A proposta do governador não é no sentido de não pagar. A proposta é no sentido de reverter parte desse dinheiro para investimentos nos Estados, ou seja, para a realização de obras públicas anti-cíclicas, que vão gerar empregos e riquezas. Então, por exemplo, se o Governo Federal concordar, um percentual, metade, um terço, dois terços desses valores poderão ser revertidos para o Estado. Mas não para reforçar o caixa e sim para realizar obras de infraestrutura, habitação e saneamento que vão gerar mais empregos e contribuir para sair da crise. Vamos aguardar e torcer para que o Governo Federal fique sensível a essa boa proposta de Minas Gerais.

**Pergunta: Hoje os municípios mineiros estão fazendo mais um protesto pela revisão do pacto federativo. Pedem também uma mudança nos repasses do ICMS. Isso é possível?**

**Resposta:** Quanto ao ICMS, temos já um percentual que é distribuído aos municípios. A parte liberada em Minas Gerais tem um critério muito equânime, que é a chamada nova *Lei Robin Hood*, recentemente revista (*Lei 18.030, de 2009*). Creio que, quanto ao ICMS, não

há muito o que discutir. O fundamental foi a decisão do Governo Federal de garantir o piso (*garantia de repasse do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, com um piso, tendo como referência os valores praticados em 2008*). Esperamos que ela seja implementada desde logo. Agora, isso sinaliza de modo muito claro que temos no Brasil, lamentavelmente, uma estrutura tributária perversa. Há uma concentração exagerada de recursos na esfera federal, com a União amealhando mais de 70% de todos os recursos disponíveis; e Estados e municípios, como nesse momento, ficando sempre em situação mais difícil, dependendo das alterações. É um alerta para uma reforma tributária urgente.

**Pergunta: Com a melhoria dos números, é possível falar em concessão de reajuste salarial aos servidores públicos até o final de 2009?**

**Resposta:** Acreditamos que a situação já esteve no seu momento mais grave, ou seja, estamos agora partindo para uma recuperação. Não devemos mais ter queda maior do que aquela que já aconteceu. A nossa receita corrente líquida, por consequência da crise, diminuiu muito. E, evidentemente, passamos a ter indicadores de pessoal que preocupam o Governo, tendo em vista as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (*a lei traz regras sobre o comprometimento da receita corrente líquida com pessoal*). Nesse momento exato, agora, não há possibilidade de concessão de reajuste, em razão exatamente do percentual da receita corrente líquida, que será publicado ao final do quadrimestre, em abril. Temos que aguardar a recuperação financeira do Estado. Lembramos que o Governo, nos últimos anos, tem feito um trabalho paulatino de recuperação dos valores remuneratórios dos servidores de diversas categorias.

**Pergunta: Minas está ou já esteve inserida em algum cadastro que acabou impedindo o Estado de receber verbas do Governo Federal?**

**Resposta:** Não, o que pode acontecer, tipicamente, é problema com uma prestação de contas de uma secretaria ou autarquia, por exemplo, que dura dois, três dias. Somos completamente adimplentes com as nossas obrigações, durante todo o Governo Aécio Neves. Nos últimos anos, inclusive, Minas Gerais melhorou muito sua nota na Secretaria do Tesouro Nacional por termos pago em dia todos os débitos com a União.

**Pergunta: A Prefeitura de Belo Horizonte trabalha com a diminuição das horas-extras, visando à contenção de gastos nesse momento de crise. O que o Estado está fazendo para diminuir gastos?**

**Resposta:** Bem, horas-extras não tínhamos desde 2003. Estabelecemos o banco de horas para evitar a figura da hora-extra, que acaba sendo inadequada no serviço público, pois é própria das empresas privadas. A crise encontrou Minas com a despensa cheia, sob o ponto de vista do Tesouro do Estado e dos investimentos. Ou seja, tínhamos um orçamento para 2009 muito expressivo, o maior em termos de investimentos. Como 2008 foi um ano positivo, muitas obras começaram a ser executadas e vão continuar sendo este ano, inclusive com valores do orçamento de 2008, dos chamados “restos a pagar”. O resultado disso é que não estamos interrompendo obras e mantendo o nível de investimentos.

Na questão do custeio, estamos passando novamente um pente-fino. Mas é bom lembrar que a administração de Minas Gerais já é há muitos anos muito enxuta, sem desperdício. Fizemos um trabalho sólido de 2003 a 2005, mas é claro que, no momento de queda da receita, todas as medidas são levantadas e identificadas.

**Pergunta: O governador Aécio Neves reivindicou ontem ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a liberação de R\$ 400 milhões retidos pela União. Qual é o problema?**

**Resposta:** Na verdade, são R\$ 400 milhões pertencentes ao antigo Fundo Somma, constituído na gestão do ex-governador Hélio Garcia, no início da década de 90. Esse fundo era formado por recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, para fazer empréstimos aos municípios para obras de saneamento. Os municípios pagaram os valores, e o dinheiro voltou para o Estado em um fundo colocado no BDMG, hoje com R\$ 400 milhões. A legislação estadual diz que esse recurso tem que ser empregado a favor dos municípios em obras de saneamento. São empréstimos que os municípios tomariam do BDMG a juros extremamente baixos. Para que o município tome esse empréstimo, é preciso, no entanto, uma autorização do Conselho Monetário Nacional - que, aliás, já deu autorizações semelhantes em diversos Estados. O governador já solicitou ao presidente da República, ao ministro da Fazenda, ao presidente do Banco Central que o conselho autorize os municípios a aderirem a essa linha de crédito.

**Pergunta: Por que então Minas não consegue essa autorização?**

**Resposta:** Há uma questão formal, explicada pelo fato de o BDMG ser um banco de desenvolvimento pertencente ao Estado. A legislação bancária veda esse tipo de empréstimo com recursos oriundos do Tesouro. De fato, tem de haver uma decisão de excepcionalidade do Conselho Monetário Nacional. O apelo do Governo de Minas tem sido o de que esse dinheiro será revertido em obras nos municípios, que vão gerar empregos e acelerar a cadeia produtiva. É claro que o Governo Federal, como mantém recursos de fundos não aplicados, acaba gerando o famoso superávit, ainda que seja de Estados e municípios.